TRABALHO ESCRAVO NA FUMICULTURA: NOVAS AÇÕES DECORRENTES DE VELHAS PRÁTICAS

Alex Kornalewski (Cetab/Fiocruz/ENSP)

As táticas de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) envolve uma série de procedimentos em prol de promover uma imagem condizente com os preceitos morais e éticos da respectiva instituição em um determinado ambiente. Essa política praticada por inúmeros setores do ramo alimentício, extrativista, petrolífero entre outras, também é elaborada pela indústria do tabaco, seguindo um script no qual a imagem disseminada não é o espelho do que de fato é praticado pela organização.

Questionamentos quanto a importância econômica, em detrimento dos malefícios do tabaco, práticas ambientais, sem mesurar os danos ambientais da respectiva plantação e envolvimento com práticas educacionais, ao mesmo tempo em que vela entrelaçamentos com o trabalho infantil na fumicultura, são processos constantes em diversos lugares do mundo. Cabe elencarmos alguns casos.

No Brasil, em 1998, o Ministério do Trabalho investigou sobre o problema do trabalho infantil nas fazendas, no qual os produtores foram considerados vítimas forçadas pelas circunstancias a contar com o trabalho dos seus filhos na fumicultura. Já em 2007 as indústrias de tabaco foram obrigadas a reconhecer a relação de vínculo empregatício, porém as mesmas se ausentaram alegando que houve um contrato de acordo de serviço, transferindo a culpabilidade do trabalho infantil as próprias famílias. Em 2012, 120 famílias na Argentina entraram com processos contra fornecedores de pesticidas e Philip Morris Argentina por defeitos de nascença em filhos de agricultores expostos a pesticidas usados no cultivo de tabaco[1]. Em Malauí, no ano de 2019, famílias de agricultores entraram com um processo contra a BAT e a *Imperial Tobacco* para obter indenização por negligência[2].

A contradição entre a tática de RSC e o trabalho escravo surge desde 1982, com a criação do projeto intitulado Clube da Árvore, implantado em sete escolas do Vale do Rio Pardo (RS), e depois se espalhou para "centenas de municípios da região Sul do Brasil. Em 2007, o projeto teria envolvido "1.243 escolas de 17 estados brasileiros, com a participação de 26.650 estudantes e 1.282 professores[3]. A questão é: qual a preocupação com as famílias e seus respectivos filhos em ambiente escolar se no mesmo decurso temporal as empresas de tabaco são acusadas de envolvimento com

[1] ARGENTINIAN tobacco farmers sue tobacco companies. **UnfaitTobacco,** Berlim, 14 abr. 2012.. Disponível em: http://tabaco.ensp.fiocruz.br/sites/default/files/001320.pdf. Acesso em: 5 jul. 2021.
[2] CLAIM against tobacco giants by poverty stricken farmers in Malawi. **Leighday,** Reino Unido, 18 dez. 2020. Disponível em: http://tabaco.ensp.fiocruz.br/sites/default/files/001321.pdf. Acesso em: 5 jul. 2021.
[3] INSTITUTO Souza Cruz e SPVS anunciam mudança no Clube da Árvore. **Página rural,** Rio Grande do Sul, 14 mai. 2008. Disponível em: http://tabaco.ensp.fiocruz.br/sites/default/files/001322.pdf . Acesso em: 26 nov. 2014.

trabalho escravo e infantil nos espaços de fumicultura? É sabido das consequências não apenas legais de envolvimento de crianças no trabalho, mas também das implicações sanitárias, haja vista que doenças provenientes do contato com a folha, a "doença da folha verde do tabaco" e os problemas decorrentes do pesticida de forma geral.

E apesar do investimento em processos de "boa visibilidade" das empresas de tabaco, as velhas práticas continuam, tal como registrado por Naira Hofmeister: "Em 2014, oito meses depois do anúncio da *joint venture* com a China Tabacos: em uma ação de fiscalização em Santa Catarina, foram resgatados cinco trabalhadores que a fiscal Lilian Carlota Rezende entendeu estarem submetidos à condições análogas à escravidão. Segundo o relatório, eles dormiam em um galpão improvisado, não tinham banheiro para usar próximo ao local de trabalho e precisavam compartilhar um único copo de água para se hidratar debaixo do sol forte da lavoura. Só naquela ocasião, foram 16 autos de infração"[4]. Em 2021, constatamos a continuação das práticas de trabalho escravo e infantil: "o Ministério Público do Trabalho (MPT-RS), por intermédio da fiscalização dos agentes, encontraram cinco crianças e dois adolescentes de 9 a 17 anos de idade, em situação de trabalho irregular e vivendo em locais impróprios. A propriedade rural em que eles estavam tem aproximadamente 20 hectares, cuja produção de tabaco era vendida com exclusividade para a indústria de tabaco *Continental Tobaccos Alliance* (CTA). Eles moravam junto aos locais de armazenamento de fumo, em instalações precárias e com condições sanitárias e de conservação ruins. A água vinha de poços não protegidos, sendo imprópria para consumo"[5].

Eis que se apresenta o seguinte questionamento: a construção de uma imagem, uma visibilidade de empresa condizente com a defesa da saúde, da educação, contrária aos processos de trabalho escravo e infantil, não pode sobrepor as práticas, ao que de fato é registrado por intermédio de pesquisas, fiscalizações, processos judiciais, entre outras documentações comprobatórias. Acesso à informação é o pilar para o pleno desenvolvimento de políticas de Saúde Pública e trabalhista.

Rio de Janeiro, 2 de julho de 2021

[4] HOFMEISTER, Naira. "É Quase escravo": Dívidas e doenças: É assim que o Brasil produz o fumo da China Tabacos, maior fabricante de cigarros no mundo . **The Intercept Brasil,** [s.l.], 22 jun. 2021. Disponível em: http://tabaco.ensp.fiocruz.br/sites/default/files/001319.pdf. Acesso em: 23 jun. 2021.

[5] CRIANÇAS e adolescentes são resgatados em condições análogas ao trabalho escravo no RS. **G1; RBS TV,** Rio Grande do Sul, 25 fev. 2021. Disponível em: http://tabaco.ensp.fiocruz.br/sites/default/files/001262e4.pdf. Acesso em: 1 mar. 2021.